

'Especialista' faz dever escolar

O último concurso para a Assessoria Legislativa da Câmara foi realizado há 11 anos. Entraram 40 especialistas em áreas diversas, como saúde, educação, direito, administração pública, planejamento urbano, assuntos energéticos e outros. Dos 40, quatro morreram. A diretoria da Câmara encarregou-se de enviar para a Assessoria Legislativa outros 19 *especialistas*, totalizando 55.

Sem concurso para aumentar o número de técnicos e com o crescimento dos trabalhos, cada especialista foi-se transformando num *faz-tudo*, com alto grau de ecletismo. Quando assumiu o mandato de deputado, em 1983, o hoje ministro do Tribunal de Contas da União, Ademar Ghisi, passou a enco-

mendar aos técnicos os trabalhos de escola de seus filhos.

Com o tempo, os funcionários concursados começaram a ser discriminados pelos não-concursados. É que os primeiros, exatamente pelo modo lícito como entraram no serviço legislativo, não tinham poder de barganha, o que havia de sobra entre os segundos, apadrinhados e parentes. A Assessoria Legislativa, esquecida e reduzida, acabou por se transformar num dos setores mais vulneráveis.

Tantô que, com medo de brigarem com a estrutura montada durante anos seguidos pelo corpo do funcionalismo, a mesa da câmara decidiu decretar o fim da Assessoria, levando os

técnicos para as comissões. Muitos deles, já próximos da aposentadoria, recusam-se a mudar de sala de trabalho. Passam o tempo todo enviando pedidos de ajuda a variados deputados, para que estes procurem o secretário-geral da mesa, Luís Henrique (PMDB-SC), e o façam voltar atrás na decisão.

Um desses parlamentares que tomou a defesa do pessoal da Assessoria Legislativa é o mineiro Milton Lima (PMDB). Mas suas justificativas são folclóricas. Para ele, a mesa quer apenas o espaço físico hoje ocupado pela Assessoria para abrir os gabinetes dos oito parlamentares que chegarem do novo estado do Tocantins.